

Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
São Gonçalo do Amarante - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.233.100	18.372
Concessionárias	6	146.786	325.730
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	10.652	29.106
Outros tributos compensáveis	7	114.834	40.801
Estoques	10	201.677	403.803
Títulos e valores mobiliários	5	1.952	11.722
Outros créditos	12	40.424	35.661
Total do Ativo Circulante		1.749.425	865.195
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	3.392	3.392
Outros tributos compensáveis	7		14.173
Tributos diferidos	8	267.452	410.924
Cauções e depósitos vinculados		1.941	1.873
Outros créditos	12	89	825
		272.874	431.187
Imobilizado	13	1.678.240	2.632.158
Intangível	14	13.063	11.071
		1.691.303	2.643.229
Total do Ativo Não circulante		1.964.177	3.074.416
TOTAL DO ATIVO		3.713.602	3.939.611
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	109.270	195.136
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	22.153	2.479
Outros tributos a recolher	7	17.381	29.283
Dividendos	16	62.249	106.406
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	318.289	124.573
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.1.3	1	
Encargos Setoriais	18	6.424	8.970
Ressarcimento por indisponibilidade		500	2.945
Provisões	19	5.425	4.553
Adiantamento de clientes	11		250.000
Outras contas a pagar	12	16.603	18.846
Total do Passivo Circulante		558.295	743.191
Não circulante			
Tributos diferidos	8	15	9
Empréstimos e financiamentos	17	1.105.936	430.244
Provisões		22.819	23.386
Outras contas a pagar	11	16.772	7.947
Total do Passivo Não circulante		1.145.542	461.586
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	2.368.999	2.368.999
Reservas de lucros	20.3	292.601	365.835
Outros resultados abrangentes		(1)	
Prejuízos acumulados		(651.834)	
Total do Patrimônio líquido		2.009.765	2.734.834
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.713.602	3.939.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO



	Nota	2022	2021
Receitas	21	1.390.778	2.336.898
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	22		
Custo do serviço de energia elétrica		(360.491)	(372.004)
Custo da produção da energia elétrica		(286.087)	(1.330.112)
Custo de operação		(298.614)	(289.649)
		<u>(945.192)</u>	<u>(1.991.765)</u>
Lucro bruto		445.586	345.133
Despesas e Receitas operacionais	22		
Despesas gerais e administrativas		(23.009)	(26.192)
Outras despesas e receitas operacionais		(835.889)	820
		<u>(858.898)</u>	<u>(25.372)</u>
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		(413.312)	319.761
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		63.389	7.868
Despesas financeiras		(124.147)	(85.227)
		<u>(60.758)</u>	<u>(77.359)</u>
Resultado antes dos tributos		(474.070)	242.402
Tributos sobre o lucro	24		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(34.292)	(12.023)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(143.472)	16.181
		<u>(177.764)</u>	<u>4.158</u>
Resultado líquido do exercício		(651.834)	246.560
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	25		
ON		(0,27515)	0,10408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2022	2021
Resultado líquido do exercício	(651.834)	246.560
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
<i>Hedge</i> de fluxos de caixa	(1)	(353)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		120
Resultado abrangente do exercício	(651.835)	246.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		(474.070)	242.402
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		1.028.853	183.444
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		9.651	7.710
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		100.487	56.173
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		1.372	1.855
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		1.159	(1.011)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(1.562)	(2.480)
Ajuste a valor presente		813	746
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		2.596	5.291
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		14.475	(1.323)
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade		(2.446)	(1.999)
Perda estimada na realização dos estoques		4.103	141.490
Outros		1.952	(999)
		<u>687.383</u>	<u>631.299</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		178.944	69.710
Títulos e valores mobiliários			142.265
Outros tributos compensáveis		(156.741)	(210.079)
Estoques		202.783	(408.735)
Outros ativos operacionais		(4.946)	(14.068)
		<u>220.040</u>	<u>(420.907)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(85.866)	(107.973)
Outros tributos a recolher		83.795	195.015
Encargos Setoriais		(5.142)	(2.875)
Provisões		(4.272)	(3.851)
Adiantamento de clientes			250.000
Outros passivos operacionais		(234.344)	(1.906)
		<u>(245.829)</u>	<u>328.410</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>661.594</u>	<u>538.802</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.441)	(31.421)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>641.153</u>	<u>507.381</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		9.770	
Adições ao Imobilizado e Intangível		(88.378)	(33.037)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(78.608)</u>	<u>(33.037)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(106.406)	(103.113)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		1.489.286	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(633.983)	(288.130)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(86.382)	(56.469)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(10.332)	(10.353)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	27.1	<u>652.183</u>	<u>(458.065)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>1.214.728</u>	<u>16.279</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.233.100	18.372
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.372	2.093
		<u>1.214.728</u>	<u>16.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Geração do valor adicionado	1.599.015	2.660.581
Receita operacional	1.520.972	2.626.582
Receita relativa à construção de ativos próprios	76.938	33.038
Outras Receitas	1.105	961
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(846.062)</u>	<u>(1.868.598)</u>
Custos da energia comprada	(323.993)	(318.441)
Encargos de uso da rede elétrica	(73.188)	(91.410)
Materiais	(61.958)	(38.877)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(289.149)	(1.337.343)
Serviços de terceiros	(90.233)	(68.572)
Outros custos operacionais	(7.541)	(13.955)
Valor adicionado bruto	<u>752.953</u>	<u>791.983</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	<u>(1.028.853)</u>	<u>(183.444)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>(275.900)</u>	<u>608.539</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	69.953	8.652
Valor adicionado total a distribuir	<u>(205.947)</u>	<u>617.191</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	34.123	34.072
Benefícios	12.978	11.781
FGTS	2.967	2.674
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	266.076	154.566
Estaduais	4.673	82.454
Municipais	2.749	143
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	124.147	85.227
Aluguéis	(1.826)	(286)
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio		125.184
	<u>445.887</u>	<u>495.815</u>
Prejuízo do exercício/ Lucro retido	<u>(651.834)</u>	<u>121.376</u>
	<u>(205.947)</u>	<u>617.191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia ou Porto do Pecém), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de São Gonçalo do Amarante no Estado do Ceará, tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e exploração da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, incluindo a geração e a comercialização de energia e capacidade elétrica, a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica, seja no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ou de outro foro regulamentado por lei.

1.1 Autorização - UTE Pecém I

A Companhia, conforme Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 226 de 27 de junho de 2008, possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720,3 MWm. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sem previsão de prorrogação na legislação atual. As principais características da usina são:

Usina Termelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade	Energia	Prazo de autorização	
				Instalada	Assegurada	Início	Término
				(MWm)	(MWm)		
UTE Pecém I	CE	Produtor Independente	Autorização	720,3	645,3	01/07/2008	20/01/2044

Em 16 de outubro de 2007, a Companhia comercializou 615 MWm no leilão A-5 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, pelo prazo de 15 anos. O preço estabelecido no leilão foi de R\$125,95 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o preço atualizado do contrato é de R\$300,90 por MWh.

A primeira unidade geradora da UTE Pecém I, com capacidade instalada de 360 MWm, começou a fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 15 de outubro de 2012, em caráter de testes, sendo que, em 1º de dezembro de 2012, foi recebida autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para iniciar a operação comercial. A segunda unidade geradora recebeu em 10 de maio de 2013 autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial com capacidade instalada restrita a 240 MWm, ficando a Companhia responsável por recompor o lastro até a capacidade plena de 360 MWm. Em 29 de junho de 2013 a segunda unidade obteve êxito em disponibilizar ao SIN a sua capacidade operacional plena.

Na exploração da UTE Pecém I a Companhia tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições da autorização do MME, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 26.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Determinação da Perda estimada na realização dos estoques (Nota 10); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Provisões (Nota 19); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, com a análise dos indicadores internos e externos, que foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos (Nota 3.4).

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4 / IAS 28 / IAS 34 / IAS 8 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 32 / IFRS 1 / IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36 / IAS 7 / IAS 38 / IFRS 3 / IAS 28 / IAS 15 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 40 / IFRS 5 / IAS 19 / IFRS 1 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Não informado no momento	Indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício**3.1 Captação de recurso**

Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Notas Comerciais - 1ª Emissão	set/22	jul/27	1.500.000	CDI + 2,4% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida.
			1.500.000		

Para maiores informações vide nota 17.

3.2 Liquidação do financiamento do BNDES

Em 06 de outubro de 2022 a Porto do Pecém efetuou a liquidação do financiamento com BNDES no valor de R\$470.301.

3.3 Estoque de carvão

Considerando cenário hídrico e energético global no exercício de 2022 e previsão de queima inicial de carvão, antes prevista para o primeiro trimestre de 2022 e atualizada para o primeiro semestre de 2023, efetuou acordo de venda de seu estoque com a EDP Espanha, sendo: (i) 117mil toneladas entregues no 2º trimestre de 2022 tendo recebido o valor de R\$166.088; (ii) 114mil toneladas sendo vendido no montante de R\$179.415 no 3º trimestre de 2022 tendo recebido 80% como adiantamento no 2º trimestre de 2022, o restante pelo montante no valor de R\$43.203 foi recebido no 4º trimestre de 2022; e (iii) 75mil entregue no 4º trimestre de 2022 e liquidado em dezembro de 2022.

3.4 Redução no valor recuperável (impairment) dos ativos da Porto do Pecém

Em função de mudanças nas premissas que são objeto de análise de recuperabilidade, diante do cancelamento do Leilão de Reserva de Capacidade na Modalidade de Potência que estava previsto para ocorrer ao final de 2022, e considerando que este foi o primeiro ano em que a Companhia poderia participar dessa modalidade de Leilão, ocasionado pela baixa demanda por energia de fontes não renováveis, a Administração da Companhia procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse sensibilidade no valor total do ativo seria recuperável.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Porto do Pecém possui contrato por disponibilidade até julho de 2027, com a possibilidade de recontração em leilão de 2022 – dentre todos os cenários estudados, o primeiro considerado no cálculo foi a renovação nas premissas do último Leilão ocorrido em 2021, e o outro cenário foi o de não recontração, mantendo apenas as receitas fixas vigentes;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão (considerando renovação);
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – *enterprise value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção e consumo;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático denominado “WACC”. Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).

Com base nas premissas mencionadas acima, as quais estima-se serem as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, a Companhia identificou uma perda no valor recuperável do ativo Porto do Pecém no valor de R\$833.576, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais no resultado do exercício (Nota 22).

Com este registro, a análise de recuperabilidade dos tributos diferidos foi impactada em R\$85.795 (Nota 8.1.2)

A Companhia registrou desempenho operacional muito positivo no ano de 2022 com disponibilidade média de 98%, a maior desde sua entrada em operação, com resultado econômico positivo. Adicionalmente, este registro de imparidade não traz qualquer impacto no cumprimento dos contratos e demais obrigações da Porto do Pecém, inclusive covenants financeiros em contratos relevantes, na capacidade de geração de fluxo de caixa, bem como no índice de dívida líquida.

A Administração da Companhia continuará a monitorar os resultados dos próximos períodos afim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento		8.206	18.372
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.1	1.224.894	-
		1.224.894	-
Total		1.233.100	18.372

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas que variam entre 99,00% e 103,30% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Títulos e valores mobiliários

Refere-se à aplicação em fundo de investimento de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com baixo risco de variação no valor de mercado, estando demonstrado pelo valor investido acrescido de juros auferidos até a data da demonstração financeira, que equivale ao valor justo.

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de investimento do fundo é composta, substancialmente, por Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, com rentabilidade equivalente a 96,96% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Concessionárias

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	6.1	145.030	325.730
Energia de curto prazo	6.2	1.756	-
Total		146.786	325.730

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.4.

6.1 Suprimento de energia elétrica

A variação de suprimentos de energia elétrica deve-se substancialmente, ao fato de que no exercício de 2022 não foi despachada pela ONS dado a melhora do cenário hídrico do país.

6.2 Energia de curto prazo

Em 2022 a Companhia, por não ter sido despachada ao longo do ano, adquiriu energia no Curto Prazo para manutenção das atividades da planta e vendeu o excedente, ficando o montante de R\$1.756 em aberto comparado ao ano anterior.

A variação no exercício é decorrente da elevação da energia liquidada na CCEE para a compra antecipada de lastro de energia para o ano subsequente sem ágio de mercado frente ao PLD.

Adicionalmente, desde 04 de março de 2016 a Companhia possui liminar relativa ao processo nº 0051048-90.2015.4.01.3400 em trâmite na 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal determinando que a União e a ANEEL não transfiram para as associadas da ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, associação à qual a Companhia pertence, o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais que tenham limitado a incidência do fator de ajuste do *Generation Scaling Factor* - GSF (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) em todas as liquidações realizadas pela CCEE, bem como se abstenham de lhes aplicar qualquer sanção decorrente do GSF. A liminar, confirmada em sentença proferida em 22 de novembro de 2019, permanece vigente até a presente data.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	32.498		2.349	14.196	(25.996)	(9.003)	14.044
Total		32.498	-	2.349	14.196	(25.996)	(9.003)	14.044
Circulante		29.106						10.652
Não Circulante		3.392						3.392
Outros tributos compensáveis								
ICMS		3.949	64.531		4.723		(5.688)	67.515
PIS e COFINS		48.310	74.472	1.666		(5.833)	(85.490)	33.125
IRRF sobre aplicações financeiras		1.283	12.938				(1.478)	12.743
IR/CS retidos sobre faturamento		145	36				(42)	139
Outros		1.287	2		39		(16)	1.312
Total		54.974	151.979	1.666	4.762	(5.833)	(92.714)	114.834
Circulante		40.801						114.834
Não Circulante		14.173						-
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.479	34.292	1.083	(5.162)		(10.539)	22.153
Total Circulante		2.479	34.292	1.083	(5.162)		(10.539)	22.153
Outros tributos a recolher								
ICMS		3.421	15.968	13.658	(26.466)		(5.688)	893
PIS e COFINS		855	112.893			(24.700)	(85.490)	3.558
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		1.499	6.937	74	(7.743)			767
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.3	18.778	10.986			(7.129)		10.986
Encargos com pessoal		1.097	12.093	1	(12.014)			1.177
Outros		3.633		2.591	(6.224)			-
Total Circulante		29.283	158.877	16.324	(64.096)	(31.829)	(91.178)	17.381

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 Imposto de renda e contribuição social

O saldo de R\$14.044 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

7.2 ICMS

O saldo de baixas refere-se ao ICMS de importação de carvão. Trata-se do montante que não pode ser aproveitado na apuração de ICMS devido a proporção de saídas tributadas, conforme Art. 73 do decreto 33.327/2019 - RICMS/CE.

7.3 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$10.986 refere-se ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em 2023.

7.4 PIS e COFINS

Em 07 de julho de 2022 a Companhia obteve o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. Aguardando a liberação da Receita Federal para utilização dos créditos para compensação de tributos.

8 Tributos diferidos

Nota	Ativo		Passivo	
	Não circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS			15	9
Imposto de renda e contribuição social	8.1	267.452	410.924	
Total		267.452	410.924	15

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8.1 Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio líquido
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2021
Natureza dos créditos							
Prejuízos fiscais	187.031	264.401			(77.370)	(12.800)	
Base negativa da contribuição social	67.331	88.889			(21.558)	(5.605)	
	<u>254.362</u>	<u>353.290</u>	-	-	<u>(98.928)</u>	<u>(18.405)</u>	-
Diferenças temporárias							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.188	1.195			(7)	(775)	
Instrumentos financeiros - CPC 39						(318)	120
Licenças ambientais	3.629	1.643	2.533		(547)	(2.625)	
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	7.242	14.767	6.666	11.548	(2.643)	3.219	
Outras	10.346	51.644	116	67	(41.347)	35.085	
Total diferenças temporárias	<u>22.405</u>	<u>69.249</u>	<u>9.315</u>	<u>11.615</u>	<u>(44.544)</u>	<u>34.586</u>	<u>120</u>
Total	<u>276.767</u>	<u>422.539</u>	<u>9.315</u>	<u>11.615</u>	<u>(143.472)</u>	<u>16.181</u>	
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(9.315)	(11.615)	(9.315)	(11.615)			
Total	<u>267.452</u>	<u>410.924</u>	-	-			

8.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	Total Não circulante
32.207	31.885	40.689	41.963	33.827	96.196	276.767

A variação do saldo de R\$276.767 (R\$422.539 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, substancialmente, à baixa no montante de R\$184.170, após estudo realizado em 2022 pela Companhia no qual foi identificado que não será realizado sobre prejuízos fiscais e base negativa de IRPJ e CSLL (Prejuízo Fiscal R\$1.020.263 e Base negativa de CSLL R\$945.458 em 31 de dezembro de 2022).

9 Partes relacionadas

Além do contrato de mútuo a pagar para a controladora (Nota 17), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo				Passivo				Resultado			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021	
Concessionárias (Nota 6)															
Suprimento de energia elétrica															
EDP São Paulo	Controle comum	Receita Fixa + CVU	27/08/2008 a 31/12/2026	6.013	10.496							34.485	81.417		
Energest (*)	Controle comum	39,68	01/03/2021 a 31/03/2021										12.412		
EDP Espírito Santo	Controle comum	Receita Fixa + CVU	01/01/2012 a 31/12/2026	3.712	6.481							21.291	50.267		
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 26/11/2022	122								259.856	117.236		
				9.847	16.977	-	-	-	-	-	-	315.632	261.332	-	-
Outras Contas a receber															
Contrato de revenda de carvão															
EDP Espanha	Parte Relacionada		Indeterminado									448.102			
Fornecedores (Nota 15)															
Suprimento de energia elétrica															
EDP Trading	Controle comum		01/07/2022 a 31/12/2022				50.169	235				(323.763)	(258.971)		
Energest (*)	Controle comum	147,1	01/03/2021 a 31/03/2021										(36.687)		
EDP Smart Serviços	Controle comum		01/12/2022 a 31/12/2024				521								
Uso do sistema de transmissão															
Horizon Transmissão ES	Controle Comum		01/01/2013 a 31/07/2043					5				(7)	(54)		
Horizon Transmissão MA I	Controle Comum		01/01/2013 a 31/07/2043					29				(90)	(148)		
Horizon Transmissão MA II	Controle Comum		01/01/2013 a 31/07/2043					8				(12)	(89)		
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum		01/01/2013 a 31/07/2043				41	15				(442)	(100)		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum		01/01/2013 a 31/07/2043				4	1				(30)	(8)		
Mata Grande Transmissora	Controle Comum		01/11/2001 a 31/01/2033				1					(6)			
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum		01/11/2001 a 31/01/2033				50					(443)			
EDP Goiás	Controle Comum		01/11/2001 a 31/01/2033				18					(287)			
Prestação de serviços (a)															
Pecém OM	Controle comum em conjunto		Indeterminado				387	387				(5.227)	(5.227)		
EDP Smart Energia	Controle comum		01/01/2018 a 31/12/2022				5	5				62	(52)		
EDP Trading	Controle comum		10/01/2020 a 10/01/2022					14				(83)	(182)		
EDP Goiás	Controle comum		10/06/2022 a 01/06/2023				117					(117)			
Compra de placa solar															
EDP Smart Serviços	Controle Comum		01/12/2021 a indeterminado				8.099								
				-	-	-	59.412	699	-	-	-	(330.445)	(301.518)	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)															
Prestação de serviços - Backoffice (a)															
Pecém TM	Controle comum em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025									1.012	1.012		
Pecém OM	Controle comum em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025									376	345		
Mabe	Controle comum em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	1.311	1.311										
Compartilhamento do serviços de infraestrutura															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2022						66	30		(828)	(494)		
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2018 a 31/12/2022						14	13		(28)	(13)		
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2024						525	248		(3.864)	(7.225)		
Opções de ações outorgadas da controladora															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		15/06/2017 a 30/06/2026						708	733		(675)	(638)		
Prestação de serviços															
EDP Portugal	Controladora indireta		Indeterminado				1.615	1.862						(433)	(13)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (b)															
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2024						336	358		(5.554)	(5.178)		
				1.438	1.311	203	1.615	1.862	1.649	1.382	-	(9.561)	(12.191)	(433)	(13)
				11.285	18.288	203	61.027	2.561	1.649	1.382	-	(24.374)	(52.377)	(433)	(13)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

(*) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest.

(a) Prestação de serviços

Estes contratos podem requerer adiantamentos a serem abatidos dos pagamentos quando da realização dos serviços.

Pecém OM

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em engenharia de segurança do trabalho e medicina ocupacional, engenharia ambiental, gestão integrada com base em normas de referência (ISO / OHSAS) relacionamento e comunicação com comunidades e operação das instalações de produção de água (bruta, potável, clarificada e desmineralizada), incluindo laboratório químico e tratamento de efluentes (industrial e sanitário).

EDP Smart Energia

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em gestão de energia elétrica, com relação ao suporte comercial do processo de migração e de contratação de energia elétrica, à gestão de contrato de energia e das obrigações da contratante junto à CCEE e aos relatórios.

EDP Trading

O contrato tem como objetivo a prestação de serviços na gestão de contratos de energia, processos de contratação de energia, suporte técnico nas análises da compra de energia, na necessidade de compras futuras e orientação do processo de compra, definições de estratégias, elaboração de edital, análise técnica e financeira das propostas e no acompanhamento de todas as obrigações junto a CCEE.

(b) Prestação de serviços - Backoffice

Os contratos, com previsão de vigência de 60 meses contados a partir de 1º de maio de 2015, têm por objeto as seguintes prestações de serviços: (i) Pecém OM e Pecém TM: compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral; e (ii) Mabe: financeiro, contábil e serviços legais.

Os valores anuais originais a serem pagos pela Pecém OM, Pecém TM e Mabe, a serem atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC são, respectivamente, R\$541, R\$1.251 e R\$451.

Os contratos com a Pecém TM e Pecém OM tiveram o prazo de vigência estendido em 60 meses conforme aditivo contratual de 26 de maio de 2020 e vigerá até 01 de março de 2025. Com valores anuais a serem pagos no montante de R\$1.012 e R\$376, respectivamente corrigidos pelo IPCA.

(c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco e Instituto EDP considerando os mesmos critérios adotados em contratos anteriores.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controladora e as partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e, EDP Smart Energia. O contrato tem vigência a partir do dia 1º janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2026.

(d) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest(**), Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

O contrato possuía vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Trading, Energest(**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão ES(**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I(**), EDP Transmissão MA II(**), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias EDP Transmissão ES (**), EDP Transmissão MA I (**), e EDP Transmissão MA II (**), em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

Atualmente está em análise pela ANEEL o pleito para a celebração de contrato semelhante para os próximos 5 anos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

(e) Contrato de prestação de serviços - EDP Portugal: O contrato refere-se à prestação de serviços de atividades técnicas e de consultoria.

(f) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice : O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest(**), Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *BackOffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão ES (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I (**), EDP Transmissão MA II (**), e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da EDP Transmissão ES, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 elas estarão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadrarem nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* teve seu aditivo firmado em dezembro de 2021, estendendo sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

(**) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II e, conseqüentemente, a partir desta data as mesmas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(***) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest, conseqüentemente, a partir desta data ela foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.1 Remuneração dos administradores

9.1.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Entre os anos de 2016 e 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários planos ILP I, ILP II, ILP III, ILP IV, ILP V e ILP VI. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2022 da mesma o montante de R\$ 675 (R\$638 em 2021) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga, atualmente os planos vigentes são: ILP III, ILP V e ILP VI.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

As ações do Plano de Remuneração ii e, iv foram exercidas no período findo em 30 de junho de 2022.

9.1.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária paga pela Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

	Diretoria Estatutária	
	2022	2021
Remuneração (a)	3.636	3.138
Benefícios de curto prazo (b)	174	191
Benefícios - Previdência Privada	10	110
Remuneração baseada em ações (Nota 9.1.1)	1.733	578
Total	5.553	4.017

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Estoques

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Matéria prima e insumos para produção de energia	10.1		
Carvão		129.345	470.025
Diesel		3.648	3.220
Cal		245	244
Outros		2.447	2.689
(-) Perda estimada na realização dos estoques	10.2	(4.103)	(141.490)
		131.582	334.688
Material de almoxarifado		59.290	63.360
Resíduos e sucatas		10.805	5.755
Total		201.677	403.803

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é o custo médio ponderado móvel.

Os estoques da Companhia referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina e a matéria prima utilizada para a produção de energia elétrica. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura estão classificados na rubrica de Imobilizado pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 12.563 (R\$13.110 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 13).

10.1 Matéria prima e insumos para produção de energia

A redução do estoque deve-se aos seguintes fatores: (i) devido ao cenário hidrológico favorável em 2022, a UTE Porto Pecém encontra-se desde o início do ano desligada pela ONS, por esta razão não foi necessária aquisição de estoque de carvão no primeiro semestre; (ii) a principal redução ocorreu em maio e setembro com a venda do estoque de 306mil toneladas de carvão para empresa do mesmo grupo econômico EDP Espanha.

10.2 (-) Perda estimada na realização dos estoques

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída uma provisão no montante de R\$141.490 decorrente de ajuste ao valor de realização do estoque, mensurado pela expectativa de preço do Custo Variável Unitário - CVU aplicado, considerando o cenário de realização do estoque no próximo exercício, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica e ao elevado preço médio do carvão em 2021, onde a Companhia foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4 meses.

Ao final do exercício de 2021 a Companhia foi desligada pelo ONS após o aumento das chuvas, o que fez com que as projeções de despacho passassem para o primeiro semestre de 2023, trazendo a redução ao valor recuperável dos estoques, com reversão do montante de R\$3.427 em 31 de março de 2022, R\$67.371 no período findo em 30 de junho de 2022 e R\$70.692 no período findo em 30 de setembro de 2022, revertendo o valor total constituído em 2021.

Considerando a melhoria do cenário hídrico e energético global e a frustração da previsão de queima inicial de carvão, que passou do primeiro trimestre de 2022, em 31 de dezembro de 2021, para o segundo semestre de 2023, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia que possuía um estoque total de 409 mil toneladas de carvão, efetuou acordo de venda de 306 mil toneladas do estoque para EDP Espanha, com entrega no segundo trimestre de 2022 de 117 mil toneladas e 114 mil toneladas no terceiro trimestre de 2022 e 75 mil toneladas restantes para o quarto trimestre de 2022, a queima das 103 mil toneladas de carvão restante está prevista para o segundo semestre de 2023. Tendo em vista o cenário atual e com base na expectativa de realização do estoque para o segundo semestre de 2023, foi realizada a provisão de perda de R\$4.103 em 31 de dezembro de 2022.

11 Adiantamento de clientes

O montante de R\$250.000 refere-se ao adiantamento realizado pela a EDP Trading em 2021, foi totalmente compensado com o faturamento realizado no decorrer do ano de 2022.

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		10.321	10.143		
Bens destinados à alienação/desativação		3.919	3.846		
Serviços em curso		1.851	1.851		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	1.438	1.311		203
Despesas pagas antecipadamente	12.1	17.759	9.443	89	622
Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA	12.2	5.136	9.067		
Total		40.424	35.661	89	825
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		687	738	757	799
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.3	7.355	7.232		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	1.615	1.862	1.649	1.382
Arrendamentos e aluguéis	12.4	6.936	9.001	14.366	5.766
Outros		10	13		
Total		16.603	18.846	16.772	7.947

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12.1 Despesas pagas antecipadamente

A variação deve-se principalmente à contratação de apólice do seguro de riscos operacionais, no mês de julho de 2022 no valor de R\$24.285, com vigência de 18 meses.

12.2 Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA

O CUCA é um contrato firmado entre a Companhia e a Pecém II, vigente pelo prazo de vida útil da Pecém II, ou seja, previsto até o ano de 2043, com pagamento no valor fixo anual original de R\$1.159, atualizado anualmente pelo IGP-M, além de remuneração variável com base no custo dos insumos utilizados.

12.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12.4 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) a companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2022
Circulante							
Edifícios	610	24	(562)	585	1	(136)	522
Máquinas e equipamentos	8.309	4.595	(9.501)	2.430	312		6.145
Veículos	82	170	(269)	286			269
Total Circulante	9.001	4.789	(10.332)	3.301	313	(136)	6.936
Não circulante							
Edifícios	3.627	143		(585)	384	(793)	2.776
Máquinas e equipamentos	2.027	10.945		(2.430)	573		11.115
Veículos	112	547		(286)	102		475
Total Não circulante	5.766	11.635	-	(3.301)	1.059	(793)	14.366

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

12.4.1 Máquinas e equipamentos

A variação do saldo de máquinas e equipamentos, refere-se substancialmente a renovação de locações do equipamento das esteiras que transporta o carvão em Pécem.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Edifícios		Máquinas e equipamentos		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante						
2023	522	10,50%	6.145	11,44%	269	13,88%
Total Circulante	522		6.145		269	
Não Circulante						
2024	78	11,19%	851	13,88%	41	
2025	441	11,19%	4.548	13,86%	202	
2026	397	11,19%	3.471	13,81%	141	
2027	357	11,19%	2.245	11,51%	91	
2028	321	11,19%				
2029 até 2041	1.182	11,19%				
Total Não circulante	2.776		11.115		475	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	27.966	21.301
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(2.587)	(1.970)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13).

13 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Para os imobilizados cujo valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de depreciação são ajustadas para que todos os imobilizados sejam depreciados até a data de término da autorização.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022				31/12/2021				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos		18.021			18.021		18.021		18.021
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,95	268.974		(71.692)	197.282	2,95	265.487	(66.317)	199.170
Máquinas e equipamentos	4,77	1.990.860	833.576	(1.541.134)	1.283.302	4,77	3.624.875	(1.364.359)	2.260.516
Veículos	14,29	2.168		(1.763)	405	14,29	2.355	(1.678)	677
Móveis e utensílios	6,25	406		(57)	349	6,25	406	(32)	374
		<u>2.280.429</u>	<u>833.576</u>	<u>(1.614.646)</u>	<u>1.499.359</u>		<u>3.911.144</u>	<u>(1.432.386)</u>	<u>2.478.758</u>
Sistema de transmissão de conexão									
Máquinas e equipamentos	3,26	26.697		(8.419)	18.278	3,26	26.273	(7.556)	18.717
		<u>26.697</u>	<u>-</u>	<u>(8.419)</u>	<u>18.278</u>		<u>26.273</u>	<u>(7.556)</u>	<u>18.717</u>
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,46	9.869		(1.629)	8.240	3,46	9.869	(1.288)	8.581
Máquinas e equipamentos	8,84	9.487		(4.626)	4.861	8,84	9.487	(3.858)	5.629
Veículos	14,29	82		(58)	24	14,29	82	(46)	36
Móveis e utensílios	6,51	1.187		(347)	840	6,51	1.188	(270)	918
		<u>20.625</u>	<u>-</u>	<u>(6.660)</u>	<u>13.965</u>		<u>20.626</u>	<u>(5.462)</u>	<u>15.164</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>2.327.751</u>	<u>833.576</u>	<u>(1.629.725)</u>	<u>1.531.602</u>		<u>3.958.043</u>	<u>(1.445.404)</u>	<u>2.512.639</u>
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,96	3.228		(695)	2.533	11,23	3.989	(371)	3.618
Máquinas e equipamentos	27,86	39.749		(23.365)	16.384	27,91	24.209	(16.469)	7.740
Veículos	23,21	945		(257)	688	33,33	228	(38)	190
Total Ativos de direito de uso		<u>43.922</u>	<u>-</u>	<u>(24.317)</u>	<u>19.605</u>		<u>28.426</u>	<u>(16.878)</u>	<u>11.548</u>
Imobilizado em curso									
Geração		126.393			126.393		107.478		107.478
Administração		640			640		493		493
Total do imobilizado em curso		<u>127.033</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>127.033</u>		<u>107.971</u>	<u>-</u>	<u>107.971</u>
Total do imobilizado		<u>2.498.706</u>	<u>833.576</u>	<u>(1.654.042)</u>	<u>1.678.240</u>		<u>4.094.440</u>	<u>(1.462.282)</u>	<u>2.632.158</u>

13.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2021	Ingressos (Nota 13.2.1)	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas (Nota 13.2.2)	Reclassificações	Reversão	Impairment	Valor líquido 31/12/2022
Imobilizado em serviço									
Terrenos	18.021								18.021
Edificações, obras civis e benfeitorias	207.751		3.983	(5.904)	(308)				205.522
Máquinas e equipamentos	2.284.862		47.230	(182.883)	(9.192)			(833.576)	1.306.441
Veículos	713			(211)	(73)				429
Móveis e utensílios	1.292			(103)					1.189
Total do imobilizado em serviço	<u>2.512.639</u>	<u>-</u>	<u>51.213</u>	<u>(189.101)</u>	<u>(9.573)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(833.576)</u>	<u>1.531.602</u>
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.618	167		(323)			(929)		2.533
Máquinas e equipamentos	7.740	15.540		(6.896)					16.384
Veículos	190	717		(219)					688
Total Ativos de direito de uso	<u>11.548</u>	<u>16.424</u>	<u>-</u>	<u>(7.438)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(929)</u>	<u>-</u>	<u>19.605</u>
Imobilizado em curso									
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.100		(894)			(206)			-
Máquinas e equipamentos	65.489	25.859	(50.319)			55.689			96.718
Adiantamento a fornecedores	2.999					340			3.339
Material em depósito	13.110	41.054			(76)	(41.525)			12.563
Outros	25.273	3.458			(2)	(14.316)			14.413
Total do imobilizado em curso	<u>107.971</u>	<u>70.371</u>	<u>(51.213)</u>	<u>-</u>	<u>(78)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>127.033</u>
Total do imobilizado	<u>2.632.158</u>	<u>86.795</u>	<u>-</u>	<u>(196.539)</u>	<u>(9.651)</u>	<u>(18)</u>	<u>(929)</u>	<u>(833.576)</u>	<u>1.678.240</u>

13.2.1 Ingressos

Do montante total de ingressos no valor de R\$70.371, R\$14.800 refere-se à aquisição de usina fotovoltaica para o projeto H2V, R\$16.200 a compra de correias transportadoras da esteira de carvão e R\$8.400 a materiais para a troca de recheio das torres de resfriamento.

13.2.2 Baixas

As baixas estão relacionadas a materiais enviados para reparo, tais como bombas, motores, compressores de ar e redutores de velocidade.

14 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para os intangíveis cujo o valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de amortização são ajustadas para que todos os intangíveis sejam amortizados até a data de término da autorização.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14.1 Composição do intangível

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	18	(18)	-	20,00	18	(18)	-
Direito de concessão - Licenças ambientais	33,33	30.536	(23.086)	7.450	33,33	26.367	(19.362)	7.005
		30.554	(23.104)	7.450		26.385	(19.380)	7.005
Sistema de transmissão de conexão								
Servidão permanente	3,28	1.130	(365)	765	3,25	1.111	(328)	783
		1.130	(365)	765		1.111	(328)	783
Administração								
Software	20,00	5.790	(3.538)	2.252	20,00	3.430	(2.705)	725
		5.790	(3.538)	2.252		3.430	(2.705)	725
Total do intangível em serviço		37.474	(27.007)	10.467		30.926	(22.413)	8.513
Intangível em curso								
Administração		2.596	-	2.596		2.558	-	2.558
Total do intangível em curso		2.596	-	2.596		2.558	-	2.558
Total do intangível		40.070	(27.007)	13.063		33.484	(22.413)	11.071

14.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido		Transf. para imobilizado em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido
		31/12/2021	Ingressos				
Intangível em serviço							
Software		725		2.360	(833)		2.252
Servidão permanente		783		18	(36)		765
Direito de concessão - Licenças ambientais	19.2	7.005		4.169	(3.724)		7.450
Total do intangível em serviço		8.513	-	6.547	(4.593)	-	10.467
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso		2.558	6.567	(6.547)		18	2.596
Total do Intangível em curso		2.558	6.567	(6.547)		18	2.596
Total do Intangível		11.071	6.567	-	(4.593)	18	13.063

14.2.1 Ingressos

Do montante total de ingressos no valor de R\$6.567, R\$4.169 refere-se a gastos com renovação de licença ambiental e R\$2.399 a gastos relacionados ao upgrade de Software.

15 Fornecedores

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	15.1	50.690	235
Encargos de uso da rede elétrica		5.609	9.884
Operações CCEE		16	91
Materiais e serviços	15.2	52.955	184.926
Total		109.270	195.136

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1 Suprimento de energia elétrica

A variação observada no período refere-se a compra de energia para recomposição de lastro do ano de 2022 pela EDP Trading.

15.2 Materiais e serviços

A variação observada refere-se principalmente que durante o exercício de 2022 não houve aquisição de carvão, devido a usina não ter sido despachada pelo órgão regulador durante o ano de 2022.

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES (Nota 17), a Companhia cumpre determinados requisitos junto a BNDES para o pagamento da distribuição dos lucros do exercício quando acima da distribuição de dividendo mínimo obrigatório.

JSCP

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com a destinação de JSCP no valor bruto de R\$125.184, sendo R\$106.406 líquido de Imposto de renda contabilizado em 31 de dezembro de 2021. O JSCP foi pago integralmente em 21 de dezembro de 2022.

Em 22 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP de lucros acumulados no montante bruto de R\$73.234, sendo R\$62.249 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	Saldo em 31/12/2021	JSCP	Pagamento	Saldo em 31/12/2022
EDP - Energias do Brasil	106.406	62.249	(106.406)	62.249
	106.406	62.249	(106.406)	62.249

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022			31/12/2021			
										Principal		Total	Encargos	Principal		Total
										Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante	
BNDES	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20, apurado anualmente em Dezembro.	2,77% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança bancária; c. Cessão de direitos e contratos; d. Notas promissórias; e. Hipoteca; e f. Alienação de ativos.	-	1.935	123.102	430.966	556.003		
(-) Custo de transação	(11.286)	10/06/2009	(11.286)	09/07/2009 a 15/06/2026				Amortização mensal do custo de transação		-		(464)	(722)	(1.186)		
Notas Comerciais (1a emissão)	1.500.000	20/09/2022	1.500.000	20/09/2022 a 11/07/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,0, apurado semestralmente	CDI + 2,40% a.a.	Principal e juros mensais	a. Cessão fiduciária de recebíveis e conta vinculada b. Caixa mínimo seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000.000,00 apurado semestralmente c. Manter Conta Reserva de 1 PMT	309.882	1.112.070	1.434.312	-			
(-) Custo de transação	(10.714)	20/09/2022	(10.714)	20/09/2022 a 11/07/2027				Amortização mensal do custo de transação		(3.953)	(6.134)	(10.087)	-			
Total										305.929	1.105.936	1.424.225	1.935	122.638	430.244	554.817

Os empréstimos e financiamentos de moeda nacional são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O empréstimo em moeda estrangeira e o respectivo *Swap* estão mensurados a valor de mercado.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$ 1.112.070 em 31 de dezembro de 2022 (R\$556.003 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em		Pagamentos/Recebimentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em
	31/12/2021	Ingressos						
Circulante								
Principal	123.102		(633.983)		820.296		467	309.882
Juros	1.935		(86.382)	96.807				12.360
Custo de Transação	(464)	(10.714)			5.412	1.813		(3.953)
	<u>124.573</u>	<u>(10.714)</u>	<u>(720.365)</u>	<u>96.807</u>	<u>825.708</u>	<u>1.813</u>	<u>467</u>	<u>318.289</u>
Não circulante								
Principal	430.966	1.500.000			(820.296)		1.400	1.112.070
Custo de Transação	(722)				(5.412)			(6.134)
	<u>430.244</u>	<u>1.500.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(825.708)</u>	<u>-</u>	<u>1.400</u>	<u>1.105.936</u>

17.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2023	318.289
	<u>318.289</u>
Não circulante	
2024	310.345
2025	310.345
2026	310.345
2027	174.901
	<u>1.105.936</u>
Total	<u>1.424.225</u>

18 Encargos Setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Quota de reserva global de reversão - RGR						
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	18.1	8.772	8.624	526	(11.704)	6.218
Outros encargos		198	2.461		(2.453)	206
Total		<u>8.970</u>	<u>11.085</u>	<u>526</u>	<u>(14.157)</u>	<u>6.424</u>

18.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

A variação de R\$2.554 refere-se principalmente à transferência do saldo do P&D para CDE, conforme mencionado.

A ANEEL aprovou o Despacho nº 904/2021 que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Controlada, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. O percentual de repasse da Controlada destinado à CDE é de 30%.

19 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1			6.089	5.429
Licenças ambientais	19.2	5.425	4.553	5.247	7.286
Desmantelamento	19.3			11.483	10.671
Total		<u>5.425</u>	<u>4.553</u>	<u>22.819</u>	<u>23.386</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Depósitos judiciais	
							31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	2.270	400	(111)	(431)	391	2.519	235	733
Cíveis	1.139	9			276	1.424	731	679
Fiscais		54	(129)		75			
Outros	2.020	200	(259)	(9)	194	2.146		
Total Não circulante	<u>5.429</u>	<u>663</u>	<u>(499)</u>	<u>(440)</u>	<u>936</u>	<u>6.089</u>	<u>966</u>	<u>1.412</u>

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$531 em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

Nota	31/12/2022	31/12/2021	Depósitos judiciais	
			31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	198	164		
Cíveis 19.1.2.1	325.694	267.666	8	7
Fiscais 19.1.2.3	99.703	93.808		
Total	425.595	361.638	8	7

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$ 99.652 em 31 de dezembro de 2022 (R\$93.708 em 31 de dezembro de 2021).

19.1.2.1 Cíveis

19.1.2.1.1 Encargo Hídrico Emergencial - EHE

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Companhia apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico-financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Companhia ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Companhia. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Companhia vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2022 a ação possui o valor estimado total de R\$176.003 (R\$145.684 em 31 de dezembro de 2021). A variação no exercício é decorrente da revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

19.1.2.3 Fiscais

Refere-se a discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$99.652 (R\$93.708 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento nos Tribunais Superiores.

19.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível e trabalhista em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$454 (R\$534 em 31 de dezembro de 2021).

19.2 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UTE Pecém I, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 10,27% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

Em 13 de dezembro de 2018 foi emitida a renovação da Licença de Operação - LO referente à UTE Pecém I junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE. A nova LO (L.O. nº 716/2018-DICOP-GECON) será válida até 12 de dezembro de 2021 e, como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores. O órgão ambiental determina prazos entre 30 e 180 dias para que a Companhia apresente os planos para atendimento às diversas condicionantes.

Em 14 de setembro de 2021 houve renovação da Licença de Operação citada a cima. A nova LO (L.O. nº 406/2021 – DICOP) será válida até 13 de setembro de 2025 e, como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs estabelecidas pela LO. O órgão ambiental determina prazo de até 180 dias para que a Companhia apresente os planos para atendimento às diversas condicionantes.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, como máquinas e equipamentos, e depreciadas pela vida útil dessas máquinas. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulatórios da Companhia.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferência	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2022
Circulante	4.553		(3.773)	4.568	77	5.425
Não circulante	7.286	4.168		(4.568)	(1.639)	5.247
Total	11.839	4.168	(3.773)	-	(1.562)	10.672

19.3 Desmantelamento

O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 13). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.368.999 e está representado por 2.368.999 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, sendo a totalidade das ações nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Em 31 de outubro de 2022 foi aprovada em AGE a redução do Capital Social no montante de R\$875.000, que poderá ser efetivada após 60 dias decorridos da publicação da ata da referida AGE, ocorrida em 21 de novembro de 2022.

20.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Prejuízo apurado no exercício		(651.834)	246.560
Lucro líquido ajustado		(651.834)	246.560
Constituição da reserva legal	20.3		(12.328)
		(651.834)	234.232
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	16		125.184
Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)	24.1		37.763
Lucro do exercício a deliberar			71.285
		-	234.232

20.3 Reservas

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros			
Legal	20.2	36.411	36.411
Retenção de lucros	20.3.1	108.109	110.058
Lucro do exercício a deliberar			71.285
Incentivos fiscais	24.1	148.081	148.081
		292.601	365.835

20.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

21 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2022	2021	2022	2021
Suprimento - Faturado					
Receita fixa	21.1.1	5.387.400	5.387.400	975.221	889.267
Receita variável	21.1.1		3.403.604	(3.043)	1.418.230
Suprimento de energia	21.1.1	990.017	987.620	259.856	129.648
Energia de curto prazo					
Venda de energia	21.1.2	283.554	121.955	26.595	186.081
Outros				2.445	1.999
Revenda de Carvão				258.510	
Outras receitas operacionais	21.1.3			1.388	1.357
Receita operacional bruta		6.660.971	9.900.579	1.520.972	2.626.582
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
ICMS				(10.882)	(23.779)
PIS/COFINS				(108.158)	(242.195)
ISS				(69)	(80)
P&D				(8.624)	(21.251)
Outros encargos				(2.461)	(2.379)
		-	-	(130.194)	(289.684)
Receitas		6.660.971	9.900.579	1.390.778	2.336.898

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.1 Suprimento de energia elétrica

21.1.1 Suprimento – Faturado

A variação de suprimento faturado deve-se substancialmente à redução de R\$1.205.111, que devido à melhora do cenário hídrico no país a Porto Pecém não está sendo despachada pela ONS desde dezembro de 2021.

21.1.2 Venda de Energia

A variação de R\$159.486 na Porto do Pecém, com a melhora do cenário energético no exercício de 2022 a Companhia não realizou operações no mercado de curto prazo, ao contrário do que ocorreu no exercício anterior, quando foram realizadas operações de recomposição de lastro para suprimento do mercado interno.

21.1.3 Outras Receitas operacionais

A variação de outras receitas operacionais deve-se substancialmente a operação com venda do carvão realizada ao longo de 2022 para a EDP Espanha e a liquidação de *hedge*.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação, da produção e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, custo da matéria prima consumida, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022					
		Custo do serviço			Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	22.1	293.542					293.542
Encargos de uso da rede elétrica		66.415					66.415
Custo da matéria prima consumida	22.2		286.087				286.087
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.3			43.991	10.261		54.252
Material				16.752			16.752
Serviços de terceiros	22.4			44.710	7.585		52.295
Depreciação - Imobilizado em serviço				189.877	41	833.576	1.023.494
Depreciação - Ativos de direito de uso				1.582			1.582
Amortização				3.687	90		3.777
Arrendamentos e aluguéis	12.4			(1.985)			(1.985)
Outras		534			5.032	2.313	7.879
Total		360.491	286.087	298.614	23.009	835.889	1.804.090

	Nota	2021					
		Custo do serviço			Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	22.1	288.364					288.364
Encargos de uso da rede elétrica		82.955					82.955
Custo da matéria prima consumida	22.2		1.330.112				1.330.112
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.3			40.946	13.804		54.750
Material				19.711	929		20.640
Serviços de terceiros	22.4			39.573	8.892		48.465
Depreciação - Imobilizado em serviço				184.344	41		184.385
Depreciação - Ativos de direito de uso					1.147		1.147
Amortização				(2.294)	206		(2.088)
Arrendamentos e aluguéis	12.4			(212)	(168)		(380)
Outras		685		7.581	1.341	(820)	8.787
Total		372.004	1.330.112	289.649	26.192	(820)	2.017.137

22.1 Energia elétrica comprada para revenda

	2022	2021
Contratos de compra de energia por quantidade	323.763	317.406
Energia de curto prazo	(55)	378
Encargo de Energia de Reserva - EER	29	7
Outros	(279)	(35)
(-) Créditos de PIS/COFINS	(29.916)	(29.392)
Total	293.542	288.364

22.2 Custo da matéria prima consumida

Conforme mencionado na nota 10.1, a variação na rubrica da matéria prima consumida deve-se ao fato da UTE Porto do Pecém não ter sido despachada pela ONS em virtude do cenário hidrológico favorável em 2022.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



22.3 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	23.796	25.906
Encargos	8.455	9.119
Previdência privada - Corrente	318	689
Programa de demissão voluntária	28	
Despesas rescisórias	1.171	647
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	3.790	3.699
Outros benefícios - Corrente	12.733	11.170
Outros	271	48
	<u>50.562</u>	<u>51.278</u>
Administradores		
Honorários e encargos	2.603	2.959
Benefícios dos administradores	1.087	513
	<u>3.690</u>	<u>3.472</u>
	<u>54.252</u>	<u>54.750</u>

22.4 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	1.385	1.729
Serviços de manutenção	36.138	34.452
Serviços de limpeza e vigilância	5.390	5.231
Serviços de informática	2.945	2.827
Serviços de transporte	774	726
Serviços Compartilhados	5.228	4.578
(-) Crédito de PIS/COFINS	(4.266)	(3.392)
Outros	4.701	2.314
	<u>52.295</u>	<u>48.465</u>

23 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	64.910	4.702
Juros e multa sobre tributos	7	4.015	1.409
Outros juros e variações monetárias			2.479
Ajustes a valor presente		749	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(6.564)	(784)
Outras receitas financeiras		279	62
		<u>63.389</u>	<u>7.868</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(100.487)	(46.148)
Debêntures			(10.025)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1	(936)	1.152
Arrendamentos e aluguéis	12.4	(1.372)	(1.855)
Variações em moeda estrangeira	10.2	(1.656)	(24.521)
Ajustes a valor presente			(746)
Outras despesas financeiras		(19.696)	(3.084)
		<u>(124.147)</u>	<u>(85.227)</u>
		<u>(60.758)</u>	<u>(77.359)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		(474.070)	242.402
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		<u>161.184</u>	<u>(82.417)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(162)	(298)
Perdas indedutíveis		(283.416)	(350)
Juros sobre o capital próprio		24.900	42.563
Outras		(350)	140
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	8.1.2	(85.795)	
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		5.279	
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	24.1		4.775
SUDENE	24.1		39.226
Outras		596	519
Despesa de IRPJ e CSLL		<u>(177.764)</u>	<u>4.158</u>
Alíquota Efetiva		<u>-37,5%</u>	<u>-1,7%</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Em 4 de agosto de 2016 a Companhia obteve junto à SUDENE o Laudo Constitutivo nº 87/2016, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2016.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais.

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(651.834)	246.560
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	2.368.999	2.368.999
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	-0,27515	0,10408

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

26.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	4	Nível 2	1.224.894		1.224.894	
Títulos e valores mobiliários	5	Nível 2	1.952	11.722	1.952	11.722
Obrigatórios						
Derivativos	12	Nível 2		935		935
			1.226.846	12.657	1.226.846	12.657
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	8.206	18.372	8.206	18.372
Concessionárias	6	Nível 2	146.786	325.730	146.786	325.730
Outros créditos - Partes relacionadas	12	Nível 2	1.438	1.514	1.438	1.514
			156.430	345.616	156.430	345.616
			1.383.276	358.273	1.383.276	358.273
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Derivativos						
Derivativos outros		Nível 2	1		1	
Custo amortizado						
Fornecedores	15	Nível 2	109.270	195.136	109.270	195.136
Ressarcimento por indisponibilidade		Nível 2	500	2.945	500	2.945
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17					
Moeda nacional		Nível 2	1.464.042	554.817	1.424.225	554.817
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12	Nível 2	3.264	3.244	3.264	3.244
Arrendamentos e aluguéis	12.4	Nível 2	23.102	14.772	21.302	14.767
Licenças ambientais	19.2	Nível 2	12.590	12.337	10.672	11.839
			1.612.768	783.251	1.569.233	782.748
			1.612.769	783.251	1.569.234	782.748

26.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

26.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

26.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, dos Arrendamentos de Aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

26.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

26.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	31/12/2022		2021
							Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado
NDF									
Porto do Pecém	Citibank	Compra	06/04/2020 a 04/01/2021	BRL/USD 5,3076	4.902	25.470			(794)
Porto do Pecém	Citibank	Venda	06/04/2020 a 01/02/2021	BRL/USD 5,3289	1.009	5.245			28
Porto do Pecém	Citibank	Venda	16/04/2021 a 01/06/2021	BRL/USD 5,6020					(2.400)
Porto do Pecém	Citibank	Venda	16/04/2021 a 01/07/2021	BRL/USD 5,6105	11.386	56.952			(6.588)
Porto do Pecém	Itaú	Venda	16/04/2021 a 01/08/2021	BRL/USD 5,6245					(616)
Porto do Pecém	Bradesco	Compra	11/10/2022 a 30/06/2023	BRL/USD 5,4855	38	207	(1)	(1)	
Total NFD							(1)	(1)	(10.370)
Opções									
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/06/2021	API2* 66,75 USD/ton	8.310	41.565			350
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/07/2021	API2* 67,26 USD/ton	12.352	61.784			1.496
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 02/08/2021	API2* 67,63 USD/ton	1.436	7.182			269
Total							-	-	2.115
Total geral							(1)	(1)	(8.255)

26.1.3.1 Non-Deliverable Forward - NDF

Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

26.1.3.2 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting

A Companhia contratou em janeiro de 2022 operações de derivativos no montante de USD 24.593, envolvendo venda de NDF de câmbio e de API2(*). O mesmo foi liquidado durante o ano de 2022.

O objetivo dos derivativos foram de mitigar o risco de descasamento do *pass-through* entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão. A receita variável foi mensurada, dentre outros fatores pelo CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio. A estratégia da Companhia foi reduzir a exposição da variável de câmbio, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador, a valorização do real frente ao dólar diminui o valor do CVU e, por consequência, reduz o valor da Receita Variável. Os prazos e montantes foram alinhados com a previsão de despacho da usina.

A companhia contratou em janeiro de 2022 operações de derivativos no montante de USD 4.250, envolvendo compra de NDF de câmbio, com o objetivo de cobertura do prêmio do seguro operacional com pagamento em dólar, o mesmo foi liquidado durante o ano de 2022.

Em outubro de 2022, a Companhia contratou operações de derivativos no montante de USD 3.388, envolvendo compra de NDF de câmbio, com o objetivo de cobertura de CAPEX com pagamento em dólar

* API 2: O API 2 é o preço de referência para o carvão importado pelo noroeste europeu.

26.1.3.3 Opções de venda - PUT Options

Confere ao seu titular o direito de vender a um determinado preço, um ativo específico que foi discriminado no ato do contrato, no qual possui um tempo pré-determinado para o seu vencimento.

26.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

26.2.1 Risco operacional

A Companhia apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevendo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Além disso, a controlada faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

Outro risco que a Companhia pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende principalmente das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

Visando economia no consumo de água, a Porto do Pecém realizou algumas ações de melhoria no processo, que resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

26.2.2 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 18 e 19, possuem como contraparte o Simplific Pavarani Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui um risco de mercado associado a CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

26.2.2.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.224.894	154.478	154.478	38.698	77.433	(38.664)	(77.297)	
Títulos e valores mobiliários	CDI	1.952	151	151	38	75	(38)	(75)	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.226.846	154.629	154.629	38.736	77.508	(38.702)	(77.372)	

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a..

26.2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 18 e 19.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa (Nota 4) sendo que a Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5) que referem-se a aplicação em fundo de investimentos de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; e (iii) Concessionárias (Nota 6), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, conseqüentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 28.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	72.799	19.691	16.780			109.270	195.136
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			1.615	1.649		3.264	253.244
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	241.359	76.930		1.105.936		1.424.225	554.817
Ressarcimento por indisponibilidade			500			500	2.945
Arrendamentos e aluguéis	683	2.011	4.242	13.748	618	21.302	14.767
Licenças ambientais	872	2.100	2.453	5.247		10.672	11.839
	315.713	100.732	25.590	1.126.580	618	1.569.233	1.032.748

26.2.3.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 18 e 19. Em 31 de dezembro de 2022 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidas em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 31.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

26.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 5).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARCE) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

26.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos	1.424.225	554.817
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.233.100)	(18.372)
(-) Títulos e valores mobiliários	(1.952)	(11.722)
Divida líquida	189.173	524.723
Total do Patrimônio Líquido	2.009.765	2.734.834
Total do capital	2.198.938	3.259.557
Índice de alavancagem financeira - %	8,60%	16,10%

27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

27.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Notas	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2022
				Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Adições/Baixas	
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Dividendos	16	106.406	(106.406)			62.249	62.249
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	554.817	768.921	1.867		98.620	1.424.225
Arrendamentos e aluguéis	12.4	14.767	(10.332)		1.372	15.495	21.302
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		675.990	652.183	1.867	1.372	176.364	3.876.775
				Efeito não caixa			
		Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado	Adições/Baixas	Saldo em 31/12/2021	
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Dividendos		103.113	(103.113)		106.406	106.406	
Debêntures		165.665	(175.690)		10.025	-	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		677.578	(168.909)		46.148	554.817	
Arrendamentos e aluguéis		13.668	(10.353)	1.855	9.597	14.767	
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		960.024	(458.065)	1.855	172.176	675.990	

27.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	62.249	106.406
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências		9.249
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão	4.168	24
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	15.495	9.597
Total	81.912	125.276

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28 Compromissos contratuais e Garantias 28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	175	98			273	2.867
Obrigações de compra						
Compra de Energia	3.389	2.736	103	480	6.708	272.966
Materiais e serviços	629.798	232.154	98.351	464	960.767	550.752
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	186.654	163.084	29.163		378.901	98.587
	820.016	398.072	127.617	944	1.346.649	925.172

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	169	105			274	2.930
Obrigações de compra						
Compra de Energia	3.224	2.836	127	1.084	7.271	260.116
Materiais e serviços	608.027	246.673	121.525	781	977.006	592.721
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	188.673	241.006	56.412		486.091	97.518
	800.093	490.620	178.064	1.865	1.470.642	953.285

28.2 Garantias

A Companhia apresenta outras garantias na modalidade ações judiciais, em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$825 (R\$664 em 31 de dezembro de 2021). Os valores de garantia de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 17), estão demonstrados em suas respectivas notas.

29 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Límite máximo de indenização	Valor em risco	Límite máximo de indenização
Subestações	138.667		69.270	69.270
Usinas	4.689.506	1.859.970	4.891.168	1.818.845
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (materiais)	68.024	14.100	26.602	16.123
Transportes (veículos)		360	360	360
Seguro de vida	33.690	(*)	30.505	(*)
Lucros cessantes	164.214	82.107	299.747	149.924

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$731 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

- Responsabilidade Civil Ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

30 Eventos subsequentes

30.1 Redução do Capital Social

Em 26 de janeiro de 2023 foi efetivada a redução de capital aprovada a redução de capital em R\$875.000 (Nota 20.1).

30.2 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Pablo Arguelles Tuñón
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

José Gleyson Fernandes Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor de Construção e Operação

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" CE